

Cuidado & Proteção

Aconselhamento pastoral ante
a violência contra a mulher

Tiago Amâncio







Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	9
Introdução	13
1. O fenômeno da violência contra as mulheres	23
Tipos de violência	26
Discussão conceitual de patriarcalismo	46
Perspectiva histórica do patriarcado	52
Representação simbólica da dominação masculina	62
Interseccionalidade de gênero no Brasil patriarcal	71
Perfil do agressor e da vítima	78
Movimento feminista	85
Enfrentamento da violência feminina	93
2. O paradigma da submissão feminina na religião cristã	103
Igreja e a opressão feminina	106
Opressão religiosa: tabus nos lares	116
Criação e queda: igualdade e dominação a partir da antropologia bíblica	130

As descendentes de Eva: símbolos de pecado e tentação	143
A hermenêutica bíblica mediatizada pela cultura patriarcal	155
A desarticulação da hermenêutica bíblica patriarcal	160
A Bíblia na perspectiva da mulher: uma Teologia Feminista	170
3. Apontamentos teóricos e práticos sobre aconselhamento pastoral	185
Entendendo o fenômeno do aconselhamento pastoral	189
Peculiaridades do aconselhamento pastoral	200
Perfil e formação do conselheiro pastoral	209
Ética e técnicas de aconselhamento pastoral	216
Aconselhamento pastoral e a violência conjugal	225
Encaminhamento da vítima de violência doméstica	236
Condutas e limitações do conselheiro ante a violência feminina	252
Conclusão	277
Referências	283

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela oportunidade e o saber que me deu na vida e neste mestrado.

À minha família Scarpellini, na pessoa da minha esposa Giovanna, pela renúncia e torcida.

À minha família Amâncio, na figura dos meus pais e irmãos, pelo apoio e incentivo.

Agradeço a minha querida Igreja Palavra Fonte de Água Viva (IPFAV), em nome da liderança, pelo investimento e discipulado.

Por fim, agradeço a FTSA, em nome da Dra. Jacqueline Zirolto, minha orientadora, pelo conhecimento teológico e amadurecimento acadêmico.

Prefácio

A presente obra, que ora apresento aos(às) estimados(as) leitores(as), é fruto de um grande esforço do autor no Programa de Pós-graduação em Mestrado em Teologia da Faculdade Teológica Sul Americana. Tive a honra e o privilégio de caminhar com Tiago Amâncio na sua trajetória acadêmica, como sua orientadora. Não posso deixar de citar o impacto que me causou ver tal temática sendo abordada por um homem. Na maioria dos casos temas sobre violência contra a mulher são pesquisados e abordados por mulheres, mas eu estava ali diante de um homem que buscava entender e cuidar de mulheres vítimas de violência! A “feliz estranheza” de minha parte só aumentou à medida que Amâncio se enveredava, com muito afincio, às leituras sobre patriarcado, teologia feminista e pesquisas afins. Vozes se juntaram - como é o que se espera de um constructo de pesquisa acadêmica - à voz inicial, ainda incipiente, do autor. Ele fez bom uso delas! O resultado é o que temos em

mãos: um excelente trabalho sobre o necessário cuidado pastoral às mulheres vítimas de violência. Tema mais que oportuno na academia, na sociedade e na igreja.

Sendo o machismo algo estrutural na sociedade brasileira, a indagação que moveu essa pesquisa foi verificar as possíveis formas de aconselhamento pastoral às mulheres vítimas de violência. Parece-nos que essa indagação, em si, já mostra o caráter intramundano da religião na vida social, como preconiza Max Weber, um dos principais teóricos da sociologia da religião. Ou seja, admitir a necessidade de um tipo de aconselhamento pastoral a tais mulheres é descortinar o ambiente religioso e tirar-lhe o “ar sacramental”, como se a igreja pairasse no ar, acima das mazelas sociais da vida real. A violência contra a mulher existe e está presente nas igrejas! Nesse âmbito se localiza o sujeito a quem está destinada a obra de forma mais específica: líderes religiosos(as) que atuam no ministério de aconselhamento. Quanto antes pastores, pastoras e líderes admitirem a violência contra a mulher como um fenômeno real, mais eficaz será a atuação da igreja na cura das vítimas e no enfretamento dessa situação.

Mas se a obra traz uma temática bem recortada ao público que visa atender, de forma alguma ela é restrita apenas a ele. Ao contrário, não só conselheiros(as) ganham com esse livro, mas toda a comunidade religiosa cristã. Isso porque, ao fazer uma teologia prática de fato, Amâncio traz o problema à toda comunidade e família

da fé como uma realidade presente, pulsante e que clama ser visibilizada. Por muitas vezes a reprodução de qualquer tipo de violência se faz exatamente na obscuridade com que o assunto é tratado. Nesse sentido essa obra colabora, também, com a sociedade brasileira de forma geral, uma vez que todo levantamento sobre a violência contra a mulher redundará em conscientização e possibilidade de enfrentamento.

O primeiro capítulo do livro apresenta uma discussão teórica e histórica importante, elucidando o “fenômeno da violência contra a mulher”. Nesse ínterim são trazidos autores e autoras que abordam o patriarcado, a dominação masculina, o conceito de gênero, o movimento feminista, as formas de resistência, etc. O autor, após elucidar tais pontos os insere no contexto brasileiro. Trata-se de um mergulho na temática tanto para os(as) que não conhecem o assunto, quanto para os(as) iniciados(as).

No segundo capítulo Amâncio traz a importante abordagem do “paradigma da submissão feminina na religião cristã”. A partir de importantes teorias e teologias, o autor lança luz às hermenêuticas errôneas e opressivas que por séculos legitimam a inferioridade feminina e acabam sendo instrumentos de poder, dominação e violência contra a mulher, ainda atualmente. No sentido oposto, o autor apresenta hermenêuticas libertárias do papel feminino e, ressaltando, faz isso não usando apenas teologia feminista.

Por fim, no último capítulo se encontra a especificidade do público destinatário. Líderes, pastores e pastoras que se dedicam ao aconselhamento encontram nesse capítulo uma breve síntese dessa práxis e aos poucos a questão da violência contra a mulher toma o espaço da discussão. O capítulo poderia ser, sozinho, um excelente material de apoio para o aconselhamento às vítimas, mas a preciosidade da obra se encontra exatamente no rigor de instrumentalizar tais sujeitos com dados históricos, análises sociológicas antropológicas e teológicas, para que apenas depois a prática do aconselhamento possa ser colocada em perspectiva objetiva.

Enfim, tenho o prazer e a satisfação de prefaciar essa obra de fôlego que cumpre o triplo papel de denunciar, conscientizar e apresentar possibilidades de cuidado às mulheres vítimas de violência. Tomara que a igreja - e sua liderança eclesial - esteja preparada para lê-la e fazer bom uso dela!

Dr^a Jacqueline Zioldo

PPG Mestrado Profissional em Teologia- FTSA

Introdução

Em linhas gerais, a violência sempre esteve presente no mundo. Não importa as alteridades antropológicas, a violência é transcultural e por isso impregnada à sociedade, tanto na zona rural ou urbana. A bem da verdade, tal fenômeno é gerado no bojo social, o que o torna um problema social.

Isto é, o modo como a sociedade se estabelece pode ser exteriorizada pelas ações dos indivíduos. Notadamente, a sociedade patriarcal ensina às gerações vindouras as noções de homem e mulher e seus respectivos papéis sociais baseados em critérios de desigualdade (SAFFIOTI, 1987).

Neste sentido, nota-se a violência contra mulher como um dos tipos de manifestação da violência. E, para compreender melhor o fenômeno da violência feminina e como se caracteriza atualmente, é necessário lançar mão de sua contextualização, seu histórico, causas e consequências. O enfrentamento à violência

doméstica entrelaça uma outra questão: a legitimidade da mulher na sociedade. Uma supõe a outra. Assim, o enfrentamento à anulação feminina se transvia sem o apelo a seus direitos.

Inicialmente, a violência doméstica, ou também conhecida como violência de gênero, violência conjugal ou violência feminina é definida, sistematicamente, de acordo com o art 5º da Lei Nº 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha como: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, n.p.).

Delimitado o caso à realidade brasileira, a violência não é novidade, sobretudo para as mulheres; muitos casos são fatais e outros deixam sequelas físicas ou psicológicas nas vítimas. No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (Pnad)¹, em 2019, 51,8% da população é composta por mulheres, equivalendo uma população feminina de 107 milhões. Considerando esse contingente, uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA)² aponta que uma a cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência feminina. Esse quadro retrata a gravidade do fenômeno.

1 <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>, acesso em 15/06/2023

2 <https://fpabramo.org.br/2011/02/11/violencia-domestica/>, acesso em 18/04/2023.

Evidentemente abordar esse fenômeno é de extrema relevância, pois a violência doméstica agrava a realidade feminina drasticamente. Conforme Nascimento (2017) o que faz da violência feminina um grande mal, tanto a nível local como mundial, é o sofrimento indescritível das vítimas além de, comprovadamente, impedir o desenvolvimento físico, psicológico e social adequado.

Vale ressaltar que o fenômeno da violência de gênero não é algo isolado, mas presente em lares cristãos. Dessa forma, vê-se violência dentro das igrejas, o que soa paradoxal, uma vez que não se espera de instituições e ministros sacralizados alguma negligência sobre o assunto.

Alguns pressupostos religiosos são, por assim dizer, intocáveis e resistentes, por isso, o discurso patriarcal propagado na religião cristã, a exclusão misógina dentro das igrejas e a tendência de aplicação bíblica a gosto do homem são fatores que inflacionam ainda mais a marginalização da mulher no campo evangélico.

Diante do exposto, compreende-se o tamanho desafio das igrejas cristãs, sobremaneira do regimento evangélico, em assumir sua responsabilidade social. Apesar da violência ser assunto abordado em intervenções de esfera pública, as igrejas, lançando mão do aconselhamento pastoral, podem ser fortes aliadas do Estado no enfrentamento a este problema. Tal desafio exige das igrejas evangélicas uma conscientização coletiva. Por isso, pretende-se contar para esse desafio

com as vertentes reformadas, protestantes, pentecostais, neopentecostais, pós denominacionais e afins.

O aconselhamento pastoral é um serviço dentre as diversas práticas pastorais existentes no âmbito eclesial, e se destaca nesse contexto pelo seu longo alcance, aproximando num confronto *tête-à-tête* o conselheiro e a vítima. Assim, no que se refere a integridade feminina, o aconselhamento é instrumento utilizado para coibir a violência contribuindo para cura, crescimento e renovação dos envolvidos (NASCIMENTO, 2017).

De fato, aconselhamento pastoral é o penhor divino pela incansável busca da igualdade de gênero. Afinal, o cuidado às vítimas é um favor a Deus. E isso mostra a seriedade do trabalho a realizar como também o pendor da igreja.

Portanto, o ambiente da prática pastoral não pode se furtar em assistir as mulheres em suas necessidades (NASCIMENTO, 2017). Por essa razão, explorar mais a aplicabilidade do aconselhamento pastoral sobre o fenômeno da violência feminina parece ser o caminho correto para expor as condições reais da igreja evangélica a fim de atuar ativamente na intervenção a esse mal que assola a sociedade, e permeado nos lares evangélicos.

É necessário esclarecer que “intervir” na violência compreende em seu âmago ações como prevenção, encaminhamento, assistência e a garantia dos direitos. Dessa forma, precisamos responder a seguinte

questão: Quais podem ser as principais condutas do aconselhamento pastoral que ajudem as vítimas de violência feminina? Propõe-se o emprego do aconselhamento pastoral no enfrentamento à violência de gênero. Para tal busca-se compreender o fenômeno da violência contra mulher; conceituar o aconselhamento pastoral; refletir sobre ele como ferramenta da Igreja evangélica contra a violência de gênero e apresentar as condutas procedimentais do aconselhamento pastoral nos casos de violências conjugal no campo evangélico.

Essa discussão se justifica mediante algumas razões. Inicialmente, verifica-se no campo social a realidade da mulher dentro do sistema de valores patriarcal desde tempos antigos. Tal sistemática estabelece a vontade soberana do homem em detrimento ao segmento feminino. Uma segunda razão procede da primeira: a desigualdade de gênero naturalmente fomentada pelos aspectos socioculturais que, por sua vez, delimitam a atuação feminina determinando os papéis sociais mais inferiores às mulheres.

Além disso, uma implicação agravante que torna a temática relevante é o silenciamento das vítimas. Nem todos os casos de violência são denunciados após o ato mesmo as mulheres conhecendo seus direitos amplamente divulgados. Isto se dá por uma série de fatores que amedrontam a vítima, que prefere calar-se na tentativa de atenuar as coisas no lar.

Apesar de não haver exatidão no tocante a esse grupo de mulheres, obviamente por não serem contabilizados nas estatísticas pela falta de denúncia, a projeção de inúmeros casos existentes é deduzida a partir dos depoimentos das vítimas, que levam a crer que o estopim, isto é, o ápice da tolerância da mulher seguida de denúncia contra o agressor posterga duradouro e custoso tempo de violência conjugal.

Outro fator vultuoso à temática no campo teológico é a presença desse fenômeno na religião evangélica. A equivocada hermenêutica bíblica a gosto do homem admite a sublimada posição de “cabeça da mulher” aos “varões”, perpetuando a submissão feminina em nome de Deus.

Ainda mais, a ausência de literatura, discussões e embasamento teórico do tema entre as comunidades evangélicas denotam o despreparo ante essa realidade. Por isso, o presente estudo procura atender as lacunas vigentes, realçando a importância do aconselhamento pastoral responsável por um assunto ainda a ser desbravado no campo evangélico.

Assim, é possível notar que a temática proposta pode impactar, de forma direta, diversas realidades, primariamente o serviço de aconselhamento composto pelas partes envolvidas: conselheiro e aconselhando. Entre ambos, destaca-se a pessoa do aconselhador. Dessa posição ímpar fluirá os conselhos construtivos,

por isso, o aprimoramento de sua prática e orientação é inegociável. Do outro lado, a figura do aconselhando, ou seja, a vítima sujeita à violência de gênero.

Ademais, a proposta pode trazer impactos indiretos às seguintes realidades: à igreja local, como palco do aconselhamento, através da assistência necessária para solução do problema e outras iniciativas; aos laços fraternos em relação ao cônjuge, a prole e a parentela como também a sociedade, através da desconstrução, ainda que timidamente, dos casos de violência feminina.

Nosso tema se limita ao campo evangélico. Tal termo destina-se às igrejas de cunho evangélico oriundas da Reforma de Martinho Lutero em meados do século XVI. Dentro desse escopo, contemplam-se as vertentes protestantes, reformadas, pentecostais, neopentecostais, igrejas autônomas não ligadas a denominações e outros movimentos evangélicos.

Inicialmente, o primeiro capítulo, nomeado de “O fenômeno da violência contra mulheres”, aborda questões históricas, culturais e sociais dos percalços que solidificaram e consolidam a violência doméstica no passado e no presente. Além disso, mostra que há um sistema de valores estruturado e estruturante que perpetua o sistema sexo-gênero contra a mulher, transformando a sexualidade biológica em produto da atividade humana, o que reforça a imagem inferiorizada da mesma. Nesta seção, são discorridos

os entendimentos sobre violência, tipos de violência feminina, o conceito de patriarcado e sua perspectiva histórica, imagem simbólica feminina pela dominância masculina, a interseccionalidade de gênero no país, as semelhanças no perfil do agressor e vítima, apresentação do movimento feminista e, por fim, o enfrentamento da violência contra mulher.

Em seguida, tem-se o segundo capítulo, cujo título é: “O paradigma da submissão feminina na religião cristã”. Aqui, é abordado alguns pressupostos que explicam como o discurso patriarcal influencia o pensamento religioso. Tais pressupostos são: a exclusão misógina dentro das igrejas e dos próprios lares cristãos, a “demonização” da violência feminina, a hermenêutica bíblica a gosto do homem, o cabedal doutrinário contra a liberdade feminina, a sacralização da autoridade masculina e a singularidade entre estrutura patriarcal e estrutura religiosa. Nesta seção, é comentado sobre a igreja e a opressão da mulher religiosa, a opressão religiosa dentro dos lares cristãos, a igualdade e dominação na perspectiva da antropologia bíblica, a culpabilização da mulher desde Eva, a hermenêutica bíblica mediada pelo homem, a desconstrução da hermenêutica bíblica masculinizada e a mulher como sujeito constituinte da teologia bíblica.

Por fim, o último capítulo, “Apontamentos teóricos e práticos sobre o aconselhamento pastoral”, adentra o universo do aconselhamento pastoral como ferramenta

de desconstrução da violência feminina utilizada para prevenir, erradicar, coibir e assegurar direitos às mulheres vítimas de violência feminina, em forma de apontamentos teóricos e práticos sobre o fenômeno. Nesta seção, é discutido o entendimento do aconselhamento pastoral, suas peculiaridades, o perfil e formação do conselheiro, a importância da ética e apresentação de técnicas de aconselhamento, a relação entre aconselhamento pastoral e a violência de gênero, noções de atendimento, encaminhamento e acolhimento as vítimas de violência feminina bem como as condutas e limitações do conselheiro ante a violência contra mulher.

1. O fenômeno da violência contra as mulheres

Valendo-se de dados históricos, é possível compreender as razões que promovem o fenômeno da violência contra as mulheres. E, ao identificar causas e consequências explícitas no contexto histórico social é possível refazer o traçado evolutivo das principais ideias que enraizaram firmemente a violência contra mulher na sociedade, de sua origem até a contemporaneidade.

Assim sendo, muitos acontecimentos cronológicos desde as primeiras Eras e civilizações convergem para fundamentação da ideia de violência doméstica e suas diversas manifestações hoje em dia. Portanto, em primeira instância, definir e caracterizar tal fenômeno na presente realidade sintetiza as equações históricas passadas resultando no entendimento do que venha a ser violência feminina atualmente.

A palavra violência deriva-se do latim “*violentia*” que quer dizer: “impetuosidade”. Concisamente, conforme o dicionário de Língua Portuguesa, é uma “ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra alguém”. A Organização Mundial da Saúde (OMS), define a violência como:

O uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte ou dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (SOUZA, 2007, p. 15)

Referente ao conceito do termo, tem-se ainda a proposta de Marilena de Souza Chauí sob duas perspectivas diferentes. Conforme a autora,

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (CHAUÍ, 1985, p.35)

Violência então é uma violação à integridade humana que é garantida pelos direitos humanos. Nesse sentido, qualquer ato ou atentado violento contra o ser humano